

Departamento de Sociologia e Políticas Públicas

Redes de Suporte como Estratégias de *Coping* de Sobreviventes
de Violência Sexual- Um Estudo de Caso no Centro de
Acolhimento de Refugiado de Maratane, Moçambique

Bárbara Pereira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Estudos Internacionais

Orientadora:
Doutora Helena Carreiras
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

[Setembro, 2017]

Agradecimentos

Um espaço tão limitado de agradecimento não me permite agradecer a todas as pessoas que permitiram que este meu estudo fosse possível e que me ajudaram a concluir mais uma etapa. Desta forma, deixo aqui algumas meras palavras esperando ter agradecido a cada um dos meus companheiros e companheiras pessoalmente.

Agradeço assim...

À minha orientadora Doutora Helena Carreiras que me motivou a ir mais longe, mostrando-se ser a melhor ouvinte e crítica de todo o processo, ajudando-me na resolução dos inúmeros quebra-cabeças que teimavam em aparecer.

Ao meu braço direito e companheiro de aventuras, Padre Rodnei Sierpinsky, por me ter arrastado para terras moçambicanas, duplicando os meus sonhos e tornando-os realidade.

À minha família, o maior apoio de todos e claqué que alguém pode ter.

A todos os amigos que sempre estiveram lá para me ouvir, nas alegrias e nas tristezas, em especial: Joana Files, Inês Cabral, Madalena Telo, Wilson Vieira e Cristina Silva.

Resumo

Esta pesquisa incide sobre o problema da violência sexual em contextos de conflito e pós-conflito. Aborda concretamente as estratégias de *coping* e redes de suporte junto a mulheres vítimas de violência sexual, residentes no campo de refugiados de Maratane em Moçambique. O trabalho baseia-se em contributos teóricos sobre a questão da violência sexual, estratégias de coping e redes de suporte, oriundos da psicologia social e da sociologia. Do ponto de vista metodológico, assenta num estudo de caso etnográfico realizado no campo de refugiados de Maratane entre setembro e dezembro de 2016, tendo recorrido à observação participante, entrevistas e análise documental como técnicas de pesquisa. O estudo conclui que mais do que respostas individualizadas ou institucionais, as sobreviventes buscam redes de apoio social para tentarem superar o trauma. Com base nos resultados o estudo aponta para a necessidade de reestruturação de medidas e formas de gestão e comunicação dos campos de refugiados.

Palavras-chave: violência sexual; refugiados, traumas; estratégias de *coping*; redes de suporte.

Abstract

This research focuses on the problem of sexual violence in conflict and post-conflict contexts. It specifically addresses coping strategies and support networks with women victims of sexual violence, living in the Maratane refugee camp in Mozambique. The work is based on theoretical contributions on the sexual issue, copying strategy and support networks, coming from social psychology and sociology. The methodological point of view, based on a case study and documented in the Maratane refugee camp between September and December 2016, involved participant observation, interviews and documentary analysis as research techniques. The study concludes that more than individualized or institutional responses, survivors seek social support networks to try to overcome the trauma. Based on the results, the study points to the need to restructure measures and forms of management and communication of refugee camps

Key-words: sexual violence; refugees, trauma; coping strategies; support networks.

Índice

1.	Introdução.....	5
2.	Enquadramento teórico: Violência Sexual, Estratégias de Coping e Redes de Suporte	7
2.1	Violência Sexual	7
2.2	Violência sexual e refugiados	8
2.3	Estratégias de coping	8
2.4	Estratégias de coping e violência sexual.....	10
2.5	A religião como estratégia de coping.....	11
2.6	Relações de suporte.....	12
3.	Metodologia.....	14
4.	Caraterização Socio-espacial do Centro de Refugiados de Maratane.....	18
5.	Análise de Dados: As vozes que emergem das cinzas.....	23
5.1.	As histórias	23
5.1.1	País de origem.....	23
5.1.2	Na Fuga.....	24
5.1.3.	No acampamento	25
5.2	Redes de suporte como estratégias de coping.....	27
5.2.1	Redes de suporte profissionalizado.....	27
5.2.2	Redes de apoio institucionalizado.....	30
5.2.3	Relações de troca	32
5.2.4	Redes de apoio social.....	34
6.	Conclusão	37
10.	Bibliografia	38
	Anexo A Estratégias de coping apontadas pelas sobreviventes	42
	Anexo B- Histórias de Sobreviventes	44

Índice de Tabelas

Tabela 1 Variáveis de estrutura- tipos de rede se suporte social	12
Tabela 2 Evolução da receção dos refugiados em Maratane	18

Índice das Figuras

Figura 1 Mapa do centro de Acolhimento de refugiados de maratene.....	19
Figura 2- Reserva de água Zona D/Maputo	21
Figura 3- Casas Incendiadas Zona/maputo	30
Figura 4- Ir aos campos de Cultivo	42
Figura 5- Brincar na Rua	42
Figura 6- Orar	42
Figura 7- Buscar água com as amigas	43
Figura 8 Conversar com amigas	43
Figura 9 História Sobrevivente I.....	44
Figura 10 História Sobrevivente II- Na Fuga.....	44
Figura 11- História Sobrevivente III- Acampamento.....	45

1. Introdução

Esta tese incide sobre o problema da violência sexual e as redes de suporte como estratégias de *coping* por parte de mulheres refugiadas no Centro de Acolhimento de Refugiados de Maratane em Moçambique.

A violência sexual tem um impacto profundo sobre a saúde física e mental. Além de causar danos físicos, acarreta uma série de problemas de saúde sexual e reprodutiva (Burnam, et al., 1988; Campbell, Ballone & Ortolani, 2003). As consequências podem ser desastrosas, desde o suicídio, contração do vírus HIV, discriminação e isolamento social entre outras. A lista é extensa e merece uma devida atenção. Embora a situação de cada mulher seja diferente, sabe-se que, para além da violência sexual que sofreram, a maioria experienciou várias outras formas de violência, incluindo morte de familiares, violência física e outras formas de tortura. Infelizmente, é um tipo de violência muito ouvida nas histórias de vida das mulheres refugiadas inseridas neste estudo.

Muitas sentem que perderam o controlo das suas vidas e que o sofrimento não tem fim. As sobreviventes podem ser estigmatizadas e rejeitadas pelas famílias o que dificulta enormemente o dia a dia destas mulheres (Campbell, Rose, & Kub, 1998; Ballone & Ortolani, 2003; Golding, Wilsnack, & Cooper, 1988). Apesar da violência sexual ocorrer tanto sobre homens como mulheres, o meu foco será o primeiro grupo, uma vez que é relatado como sendo o mais vulnerável a este tipo de violência (Aubone & Hernandez, 2013).

Pela reputação de violência sexual dos campos de refugiados, algumas das sobreviventes preferem ficar num ambiente de guerra a procurarem segurança e proteção nos campos. Nos acampamentos, muitas das violações ocorrem durante a distribuição de comida, nos recados diários, nas idas e vindas aos poços, a caminho da escola ou mesmo nas hortas comunitárias. A maioria das sobreviventes são chefes de família devido à morte prematura dos seus maridos ou pela falta de vontade de lutar dos mesmos (Aubone & Hernandez, 2013; (Burnam, et al., 1988).

Este estudo tem como objetivo compreender melhor as redes de suporte utilizadas pelas sobreviventes, como estratégias de *coping*, através de uma análise do estudo de caso no Centro de Acolhimento de Refugiados de Maratane em Moçambique. Pretende ainda ser um quadro crítico de pesquisa social baseado em entrevistas, discussões que foram feitas entre setembro e dezembro de 2016.

Este trabalho é constituído por cinco capítulos principais de que destacamos: Equadramento Teórico— onde se explicita o problema empírico, e se aborda alguns eixos teóricos que se consideram

estruturantes para a construção do objecto de estudo; Metodologia– refere-se às opções e caminhos metodológicos seguidos, e a técnica usada para a construção e análise do corpus; Caracterização Socio-Espacial– abordagem às características sociais e espaciais do Centro; Análise de Dados- corresponde à análise e compreensão dos dados. Por fim, foi realizada uma conclusão sobre os dados analisados.

2. Enquadramento teórico: Violência Sexual, Estratégias de *Coping* e Redes de Suporte

2.1 Violência Sexual

Existe um aumento da conscientização e denúncia pública dos horrores da violência sexual nos conflitos armados. A crescente compreensão das consequências desta violência tem sido acompanhada por diversas iniciativas de organizações humanitárias, das Nações Unidas, de atores, da sociedade civil e de governos. Contudo, estas iniciativas, na prática, têm ficado aquém das expectativas. O desenvolvimento do Estatuto do Tribunal Penal Internacional (ICC) foi visto por muitos, incluindo um grande número de organizações da sociedade civil, como uma oportunidade há muito aguardada para criar clareza sobre este tema (Bartels, 2013).

Tendo em perspectiva os Direitos Humanos, a violência de género é definida como “todo o ato que resulta em “dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico, incluindo ameaças, coerção e privação da liberdade” (Heise, 1994). A violência sexual, por sua vez, caracteriza-se “por um abuso de poder no qual a vítima (criança, adolescente e mulher) é usada para gratificação sexual do agressor sem seu consentimento, sendo induzida ou forçada a práticas sexuais com ou sem violência física” (Ballone & Ortolani, 2003). Ela pode ser exercida com o uso da força, da intimidação, da coerção, da chantagem, do suborno, da manipulação, da ameaça ou por qualquer outro mecanismo que anule ou limite a vontade pessoal (Heise, 1994).

As consequências podem incluir efeitos graves a longo prazo, não só na saúde física das sobreviventes - contração de doenças sexualmente transmissíveis ou gravidez indesejada - mas também na sua saúde mental (Wills, 2013). As consequências sociais podem também ser dramáticas, forçando as vítimas a se isolarem devido à vergonha e ao estigma muitas vezes associada à violência, mas também devido ao medo de rejeição ou represálias (Nacional, 2013; Ballone & Ortolani, 2003; Heise, 1994). Sem ligações familiares ou sociais, algumas vítimas ficam sem meios de subsistência.

A proibição da violação é uma das mais antigas e básicas regras de guerra. Proibida e expressamente punida pela morte no primeiro código moderno sobre a lei da Guerra - Código Lieber de 1863 (Bartels, 2013) - e realçada nas Convenções de Genebra de 1949 através da proibição do tratamento cruel, tortura, atentados contra a dignidade pessoal, agressões indecentes e prostituição forçada, tanto em conflitos armados internacionais como não internacionais (Wills, 2013). Contudo, a impunidade permanece no cerne do problema em muitos contextos (Wills, 2013). Embora as barreiras imateriais e

materiais possam levar a vítima a não denunciar, a verdadeira questão reside na incapacidade dos sistemas nacionais de justiça garantirem a prestação de contas (Wills, 2013).

2.2 Violência sexual e refugiados

Uma vez que a população em estudo é oriunda do Burundi, da República Democrática do Congo e do Ruanda é necessário contextualizar. A República Democrática do Congo (RDC) foi e continua a ser palco de conflitos étnicos e políticos. O confronto neste país teve origem no genocídio, em 1994, no Ruanda, entre hútus e tutsis. As Nações Unidas estimaram que em 100 dias de genocídio no Ruanda, morreram aproximadamente 800 mil tutsis e hútus. A guerra acabou por ultrapassar a fronteira do Ruanda para a RDC. Em 1997, Mobutu Sese Seko, presidente desde 1965, foi forçado a exilar-se para Marrocos, passando o cargo a Laurent D. Kabila que se dissociou dos seus apoiantes do Ruanda, que acabaram por apoiar outra rebelião. Toda a região foi envolvida num intenso conflito que originou uma guerra civil. Por um lado, temos, os governos do Congo, Angola, Zimbábue e Namíbia, por outro, os rebeldes do Congo, apoiados por Uganda, Ruanda e Burundi. Entre os principais motivos da guerra estavam as rivalidades étnicas e brigas por recursos naturais. Embora os conflitos causem medo e devastação, a luta não ocorre em todo o território congolês. Nos lugares sem agitação direta, as pessoas tentam viver da forma mais normal possível. A violência doméstica é referida em alguns relatórios e explicada muitas vezes como dependendo dos diferentes grupos étnicos e dos seus costumes¹.

De acordo com os entrevistados, os perpetradores atacam as aldeias, muitas das vezes sem ter um alvo específico. No entanto, Ohambe e colegas² observam que durante a atividade sexual premeditada, as vítimas eram violadas por vários homens na presença de testemunhas - familiares ou membros da comunidade. Apesar de algumas vítimas terem sido violadas desta maneira, a maioria é violada longe das aldeias e sem testemunhas. (Krause, 2015).

A utilização sistemática e generalizada de diferentes formas de violência sexual durante este conflito mostra que é usada como uma arma estratégica. Os resultados da pesquisa de Krause (2015) mostram que a maioria dos refugiados acreditam que esta foi uma forma de criar medo, ferir e banir comunidades. Eriksson Baaz e Stern³ distinguem a violação normal da má, correspondendo a alguns relatos feitos por refugiados sobre o tema que alegam que muitas das vezes a violência era cometida por prazer e alívio. No fundo, baseia-se no poder e dominação contra a outra parte do conflito oposta, à qual as vítimas são alegadamente pertencentes.

2.3 Estratégias de coping

Embora alguns refugiados e refugiadas possam ter desenvolvido problemas psicológicos sérios devido a experiências traumáticas passadas, a maioria procura encontrar forma de lidar com os

¹ Refugee women (2014), FGD, 12 Mar., Base Camp.

² Ohambe, Muhigwa & Mamba, *Women's Bodies as a Battleground*, 36.

³ Baaz & Stern, "Why Do Soldiers Rape", 508 e 497.

eventos que os fizeram perder no mínimo as suas casas. Existe uma variedade de estratégias de *coping* para lidar exatamente com essas perdas. Uma revisão da literatura disponível sobre as estratégias de *coping* dos refugiados é útil para melhorar o trabalho que é feito com esta população, neste caso refugiadas vítimas de violência sexual.

Os estudos etnográficos têm-se focado na forma como os indivíduos são apoiados e as relações sociais que são criadas para lidar com um evento stressante. Outros têm investigado a resiliência social das comunidades que recuperam após um desastre em grande escala. Segundo Oyserman, Coon, Kimmelmeier 2002)⁴, existe uma discrepância entre os valores coletivos e individualistas dentro das comunidades em que as pessoas se integram. Além disso, o foco epistemológico nos esforços do indivíduo para estabelecer relações de apoio social dentro do grupo e em conformidade com as normas do mesmo faz com que as demarcações analíticas entre o apoio social⁵ e a coesão coletiva por vezes se diluam.

De acordo com Lazarus (1991) as estratégias de *coping* designam-se como sendo esforço cognitivos e/ou comportamentais que, estando em constante mudança, têm como objetivo gerir as necessidades internas e externas que, de certa forma ultrapassam os recursos pessoais disponíveis. Estas estratégias facilitam a adaptação tanto a nível individual como das circunstâncias adversas do meio onde o indivíduo está inserido. A construção deste conceito tem variado entre os académicos. Exemplo disso, é a conceptualização de Finn (1985)⁶ que agrega este conceito ao estado “passivo” e “ativo”. Argumenta que emoções não observáveis devem ser categorizadas como estratégias passivas, enquanto que os esforços comportamentais observáveis devem ser classificados como estratégias ativas. Por outro lado, autores como Kemp, Green, Hovanitz, & Rawlings (1995)⁷ fazem a dicotomia entre “não envolvimento” e “envolvimento”; evitar e abordar, “evitante” versus “ativo” (Holahan & Moos, 1987); e "cognitivo / emocional" versus "comportamental" (Holahan & Moos, 1987) para explicar as estratégias de superação do trauma. Este é uma gota de água no oceano de classificações deste conceito, o que demonstra a complexidade e multidimensionalidade do mesmo.

De um modo geral, classificações como “não envolvimento”, “negação” e “estratégias emocionais” são todas descritas como negar ou evitar uma realidade desagradável (Carver, Scheier, & Weintraub, 1989), enquanto “ativo”, “envolvido” e “comportamental” são consideradas para lidar com as causas reais do problema (Rubeena Zakar, 2012). As estratégias focadas nas emoções, no processo

⁴ Oyserman D, Coon HM, Kimmelmeier M. (2002), “Rethinking individualism and collectivism: Evaluation of theoretical assumptions and metaanalyses”. *Psychological Bulletin*. 128:3–72.

⁵ Hirsch BJ (1980), “ Natural support systems and coping with major life changes” in *American Journal of Community Psychology*, 8:159–171

⁶ Finn, J. (1985). The stress and coping behavior of battered women. *Social Case Work*, 66, 341-349.

⁷ Kemp, A., Green, B., Hovanitz, C., & Rawlings, E. (1995). Incidence and correlates of post traumatic stress disorder in battered women: Shelter and community sample. *Journal of Interpersonal Violence*, 10, 43-55.

de superação do trauma, tendem a modificar as emoções dos/as sobreviventes (Carver, Scheier, & Weintraub, 1989, Lazarus & Folkmann, 1984) em vez de alterar as causas reais que suscitaram o stress (Lazarus, 1999).

2.4 Estratégias de *coping* e violência sexual

Segundo o estudo de Rubeena Zakar e colegas (2012), as estratégias utilizadas pelas mulheres vítimas de violência sexual e a sua resistência e eficácia dependem da classe, etnia, viabilidade socioeconómica e acessibilidade de apoio alternativo (Abraham, 2005). Elas tendem a encontrar uma forma de contornar os constrangimentos culturais e estruturais para confrontarem a violência sexual (Abraham, 2005). À semelhança das do Sul da Ásia, do estudo de Rubeena Zakar e colegas (2012), as refugiadas oriundas da África Central apresentam uma posição fraca e subordinada, e por isso, estão mais propensas a empregar estratégias de *coping* focadas na emoção. No fundo, as escolhas das estratégias dependem tanto da avaliação da ameaça como daquela feita aos recursos para enfrentar a mesma (Rubeena Zakar, 2012).

Outro dado a considerar é o facto da violência sexual poder estar relacionada com um maior risco de alcoolismo em mulheres (Burnam, et al., 1988; Kilpatrick, Acierno, Resnick, Saunders, & Best, 1997; Wilsnack, Vogeltanz, Klassen, & TR, 1997) . Segundo Wekerle e Hall (2002)⁸, 49% a 75% das mulheres com problemas de dependência têm histórias de vitimização sexual. Um dos recursos importantes para estas mulheres é o apoio social que poderá ajudar a recuperar do trauma (Timko, Moos, Finney, & Connell, 2002, Ullman, 1999) e reduzir o risco de recurso a bebidas alcoólicas ou drogas (Timko, Moos, Finney, & Connell, 2002).

Estudos comunitários representativos demonstram que as mulheres com histórico de agressões sexuais são menos propensas a casar-se e têm um contato menos frequente com as suas redes sociais (Golding, Wilsnack, & Cooper, 1988). Para além disso, o estigma que é criado em torno das vítimas de violência sexual é agravado quando estas se tornam alcoólicas (Campbell, Wasco, Ahrens, Sefl, & Barnes, 2001; Ullman S., 1996).

As sobreviventes podem tentar evitar enfrentar o facto de terem sido violentadas, refugiar-se no isolamento e negar ajuda, quer do apoio social formal como do informal (Ullman, Starzynski, Long, Mason, & Long, 2008). Por este motivo, torna-se difícil chegar até estas mulheres cujas estratégias de *coping* passam pela negação ou que excluem a divulgação como fazendo parte da solução do problema. Uma vez divulgados os factos, estas mulheres podem receber reações sociais negativas de

⁸ Wekerle C, Hall A-M (2002). *The violence and addiction equation: Theoretical and clinical issues in substance abuse and relationship violence*. New York: Brunner-Routledge.

outros quando revelam a agressão (Ullman, Starzynski, Long, Mason, & Long, 2008). Não sendo tratados estes sintomas podem tornar-se crônicos.

Em muitas sociedades, a religião é usada como uma estratégia de *coping* contra episódios stressantes (Watlington & M., 2006). Esta fornece significado para eventos e ocorrências da vida, oferecendo um sentido de justiça e de conforto (Rubeena Zakar, 2012; Belavich, 1995). Através da religião, as mulheres esperam e solicitam apoio de forças sobrenaturais para resistir e confrontar situações injustas e opressivas (Watlington & M., 2006). Nalguns casos, a religião pode motivar à libertação das mulheres de comunidades estruturalmente confinadas (Belavich, 1995).

2.5 A religião como estratégia de *coping*

Existe uma vasta literatura sobre estratégia de *coping* que usa como elemento principal a religião. Contudo, devido à complexidade da própria dimensão, os teóricos introduziram vários conceitos e construções para analisar o papel desta nas várias culturas (Rubeena Zakar, 2012). Um dos exemplos é o estudo realizado por Hill e Hood (1999)⁹ que oferece um leque de 17 categorias diferentes de estratégias *coping* tendo como elemento a religião, tais como crenças, orações, envolvimento nas atividades, visitas a lugares sagrados, sacrifícios, busca de apoio a líderes religiosos, entre outros (Rubeena Zakar, 2012). Estudar a religião a partir de uma perspectiva de *coping* pode esclarecer "como pessoas específicas usam a religião de forma concreta em situações e contextos específicos da vida" (Pargament and Ano, 2004, pág. 119). Nos últimos anos, assistimos a um interesse crescente por este tipo de pesquisa ligado à religião (Pargament, 1997, 2007, 2008, 2011; Pargament et al., 1998, 2000, 2011).

Pargament (1997) define a religião como "um processo, uma procura pelo significado de formas relacionadas com o sagrado" (p. 32). Refere-se à espiritualidade como uma procura do sagrado, ligando-a a uma dimensão crítica da vida que não deve ser explicada e pode mesmo ser concebida como uma dimensão maior do potencial humano (Pargament, 2007:33). De acordo com Pargament e Raiya (2007), as estratégias de *coping* ligadas à religião são "maneiras de entender e lidar com eventos negativos da vida. Empiricamente, verificou-se que aqueles com orientação religiosa mais forte (por exemplo, clérigos) são mais propensos a utilizá-la como estratégia de *coping* (Pargament et al., 2001b). A religião aqui não atua apenas como um mecanismo de defesa, mas também faz parte na forma como os indivíduos encontram, mantêm e transformam o significado do evento traumático (Pargament, 1997, 2011, Pargament and Ano, 2004, Pargament et al., 2005).

⁹ Hill, P. C., & Hood, R. W. (Eds.). (1999). *Measures of religiosity*. Birmingham, AL: Religious Education Press.

2.6 Relações de suporte

A eficácia do apoio social tem sido discutida por muitos estudiosos (Cohen & Willis, 1985). Pode-se distinguir quatro relações de suporte com base na “dependência” e a “independência” dos indivíduos relativamente às fontes de apoio. A relação entre os dois conceitos refere-se à relação entre as vítimas e os elementos de apoio. George Homans (1958) faz uma abordagem quase individualista em que cada dádiva ou serviço é retribuído pelo destinatário na forma de um serviço em troca, um presente ou mesmo dinheiro. Por outro lado, Durkheim traz uma perspectiva mais comunitária, onde a confiança está no eixo das relações de troca-contribuições e retribuições.

	Dependente	Independente
Individualizado	Profissionalizado	Relações de Troca
Comunitário	Institucionalizado	Reciprocidade generalizada

TABELA 1 VARIÁVEIS DE ESTRUTURA- TIPOS DE REDE SE SUPORTE SOCIAL¹⁰

As variáveis dos eixos de “dependência-independência” e “individualizado-comunitário” definem quatro tipos de redes de apoio social: relações de apoio social profissionalizado; redes de apoio institucionalizado; relações de troca e, por fim, redes de apoio baseado na reciprocidade generalizada (Fig.1) (Moelker, Andres, Gary, & Manigart, 2015).

Nas relações de apoio profissionalizado, o indivíduo passa a depender do apoio fornecido por profissionais: psicólogos, assistentes sociais, membros da equipa médica, entre outros. Os serviços destes profissionais apenas acontecem por meio de pagamentos. A dependência surge quando os indivíduos não conseguem o apoio que necessitam junto de familiares ou amigos (Moelker, Andres, Gary, & Manigart, 2015) Quando confrontados com problemas com os quais são incapazes de lidar, recorrem a trabalhadores profissionais.

As redes de apoio social institucionalizadas acontecem quando o modelo tradicional de instituição persiste (Moelker, Andres, Gary, & Manigart, 2015). Aqui o comunitarismo torna-se forte quando os indivíduos dependem de certa forma da comunidade em que estão inseridos para fins sociais. No entanto, esta é isolada da sociedade civil, fechada e dirigida para o interior. É uma comunidade caracterizada por um forte controlo social, um alto comprometimento entre os membros e respeito das relações hierárquicas (Moelker, Andres, Gary, & Manigart, 2015).

¹⁰ (Moelker, Andres, Gary, & Manigart, 2015)

Nas relações de troca, por exemplo no caso das famílias, os cônjuges negociam com base nos custos e na avaliação da própria relação. As relações dependem do que os outros possam oferecer. O compromisso e o equilíbrio entre o dar e receber é fundamental para que este tipo de apoio funcione (Moelker, Andres, Gary, & Manigart, 2015). As redes de apoio social baseadas na reciprocidade generalizada (Sahlins, 1972) ligam o seu carácter comunitário com uma grande independência entre os indivíduos.

Granovetter (1973) renomeou esta rede como sendo a "força dos laços fracos": as relações interpessoais são fracas para tornar a rede de apoio forte. O princípio da troca não é a reciprocidade, já que a ajuda pode não ser recíproca (Sahlins, 1972). Vem das contribuições que as pessoas possam fazer à sociedade que não são necessariamente altruístas, pois vem do entender que um dia, caso necessitam, possam talvez vir a ser ajudados (Moelker, Andres, Gary, & Manigart, 2015).

3. Metodologia

A base deste estudo é a metodologia participativa. Uma pesquisa que requer uma grande disposição por parte dos participantes, neste caso das mulheres refugiadas, para divulgar as suas visões pessoais da situação da própria experiência da violência sexual e das redes de suporte como estratégias de *coping*. Uma pesquisa que procura opiniões divergentes que são essenciais para o processo de produção do conhecimento, permitindo, assim a descoberta de novos aspetos.

A pesquisa qualitativa possui várias abordagens, dentro destas o método etnográfico, que, de forma ampla, preocupa-se com o estudo de grupos numa perspetiva cultural. Por este motivo decidi escolher este tipo de abordagem que melhor se adequa para poder observar as ações humanas e sua interpretação, a partir do ponto de vista das pessoas que praticam as ações, neste caso as sobreviventes de violência sexual (Bryman, 2015). Como técnica de investigação optei pela observação participante caracterizada pelo contato direto e frequente do investigador com os atores sociais e a captação de significado das experiências subjetivas dos intervenientes envolvidos no processo de interação social (Bryman, 2015). A observação participante foi complementada com entrevistas semi-estruturadas e livres, bem como a análise documental.

De forma a reunir informações detalhadas sobre a violência sexual decidi optar por um estudo de caso no Centro de Acolhimento de Refugiados de Maratane, Moçambique. Para além de ser um acampamento de pequenas dimensões, em comparação com outros, era para mim mais fácil o acesso por já ter tido o contato com as organizações sediadas no Centro em 2014.

Inicialmente, a intenção era analisar que redes informais e formais eram utilizadas pelas sobreviventes como estratégias de *coping* no Centro de Acolhimento de Refugiados de Maratane. Contudo, analisando estas redes entendi que eram demasiado complexas para incluí-las em apenas duas categorias. Foi necessário recorrer a uma reformulação passando a ser divididas segundo a tabela nº1.

O estudo surge da necessidade de analisar quais as redes de suporte que são utilizadas como estratégias de *coping* por estas mulheres que viveram experiências de violência sexual. Neste sentido, pretendeu-se analisar os vários tipos destas redes existentes no Centro de Acolhimento de Refugiados através de um estudo etnográfico em Maratane, Moçambique. Para esse efeito foi feita uma recolha que se deu durante 3 meses no Centro de Acolhimento de Refugiados e estabeleceu-se os seguintes objetivos específicos:

- Analisar a prevalência da violência sexual contra mulheres refugiadas;
- Identificar as estratégias de *coping* utilizadas pelas vítimas de violência sexual;

- Identificar tipos de rede de suporte social observáveis no Centro e a forma como são usadas pelas mulheres.

Um dos passos mais difíceis, mas importantes para a etnografia é realmente o acesso ao ambiente social que se pretende estudar. Hammersley (2007) ressalta a distinção entre as configurações públicas e as não públicas. O ambiente em estudo enquadra-se definitivamente no não público, onde o acesso torna-se mais restrito e carente de várias estratégias para se ter acesso. Por um lado, é necessária a autorização do Instituto Nacional de Apoio ao Refugiado para poder ter livre circulação no Centro, por outro, é necessária a própria aceitação da comunidade refugiada para conseguir trabalhar o tema em estudo.

Com ajuda dos scalabrianos, ativos no combate à subnutrição infantil no centro, foi possível obter uma autorização de entrada no acampamento fornecida pelo INAR. Sem esse contato, teria sido muito mais difícil o acesso ao tipo de informação que pretendia recolher. Infelizmente, a autorização só veio a ser confirmada um mês após a minha chegada a Nampula. O que poderia ser um obstáculo significativo no meu estudo, acabou por me ajudar a chegar às vítimas de violência sexual. Foi-me apresentada uma mulher refugiada congoleza há já 6 anos em Moçambique e enfermeira de profissão, que me ajudou a identificar algumas sobreviventes de violência sexual durante este período. O que poderia ter sido um tremendo obstáculo revelou-se uma grande ajuda. No primeiro mês, não podendo entrar no acampamento consegui através desta “Mama” fornecer transporte até à cidade de Nampula a algumas refugiadas para que pudessem falar comigo sobre a experiência vivida e o seu dia a dia. Ocorreriam aqui os primeiros contatos e as primeiras de muitas conversas com estas mulheres. Sentindo-se à vontade para falar, algumas sobreviventes sugeriam outras mulheres com quem também poderia contactar, formando-se, assim, uma enorme bola de neve. Poucas eram aquelas que contavam aos familiares e respetivos maridos com quem estavam acerca dessas conversas não só para evitar a curiosidade alheia como também para que não fosse descoberto o verdadeiro motivo dos encontros com alguém que não pertencia à comunidade refugiada. Esse primeiro mês permitiu uma proximidade com as instituições/organizações que trabalhavam no Centro.

Após a obtenção da autorização de livre circulação no acampamento, houve contato com 43 mulheres vítimas de violência sexual. Este foi simples, apenas uma estudante e voluntária no centro de nutrição com curiosidade em saber mais sobre a vida no Centro. Era efetivamente voluntária e professora de português nas horas vagas. Aulas frequentadas por sobreviventes refugiadas e onde se faziam pausas para discussões sobre a problemática da violência sexual, das dificuldades que sentiam enquanto vítimas e da organização do acampamento.

Todos os dados recolhidos foram registados num diário de campo escrito e gravado. As reuniões eram realizadas na sacristia da Igreja Católica, no recanto do meu quarto, em galinheiros, entre jantares e almoços com as sobreviventes junto das suas famílias ou entre amigas. No entanto, tal como

refere Bryman (2015), podem ocorrer suspeitas que surgem com a presença do investigador no terreno, principalmente, quando a população alvo não sabe o verdadeiro objetivo do investigador. Neste caso, mesmo que tenha sido apresentada como voluntária no centro de nutrição Scalabriano, outros refugiados que não tinham sido incluídos no estudo, questionavam-se sobre o meu verdadeiro papel. Os rumores iam desde a seleção de certos refugiados para serem reinstalados num terceiro país, a representante de uma organização de saúde para a distribuição de medicamentos. Vários eram os refugiados que tentavam falar comigo sobre os diversos problemas com esperança que eu fosse a solução (Bryman, 2015). A criação de um grupo de portugueses acalmou os rumores e conseguiu-se com sucesso proteger as vítimas e as suas experiências. A notícia acalmou os mais céticos que aceitaram as aulas como sendo um novo projeto apoiado pelos scalabrianos.

Com o objetivo de facilitar uma abertura suficiente, foram criados espaços seguros - uma sacristia de uma Igreja Católica do Centro, um galinheiro, uma sala de informática na cidade - espaços que as próprias participantes sugeriram para se sentir mais confortáveis e seguras para darem a sua opinião ou contarem a sua história. Com base em Kemmis (2001), Wicks e Reason (2009) baseadas nas deliberações de Habermas sobre o discurso “livre de dominação” para desenvolver o conceito de “espaço comunicativo”, a pesquisa participativa deve ser aberta. Os autores defendem que o espaço comunicativo deverá ser produzido em diferentes fases do processo de pesquisa. Distinguem-se três fases neste processo de pesquisa: a fase de inclusão, a fase de controlo e a fase de intimidade. Em cada fase foram incluídas três áreas problemáticas: "questões emocionais", "questões de tarefas" e "questões organizacionais".

Contudo, o problema metodológico reside na distorção do processo e dos resultados da pesquisa. Se os atores relevantes não estiverem preparados para se envolverem no processo de pesquisa participativa ou se alguns participantes de campo forem quase invisíveis, “invisíveis” pode significar que foram excluídos por outros atores (Bryman, 2015), o investigador não deverá apenas confiar nas declarações dos participantes no campo. Podem ocorrer numerosos processos de exclusão, uma vez que o envolvimento neste tipo de pesquisa pode ser percecionado como um privilégio e uma distinção pela qual as pessoas competem (Bryman, 2015). Aquelas que não eram incluídas na amostra facilmente se tornavam as “excluídas” não só no estudo como na própria vida social do Centro. Quando se verificou que o estudo estava a influenciar a vida no Centro deu-se como encerrado as “aulas” no acampamento passando apenas a conversas informais com algumas sobreviventes de que me tornei mais próxima.

Um dos aspetos mais marcantes na investigação foi a inserção de materiais visuais (Bryman, *Ethnography and participant observation*, 2015). Neste estudo foi pedido às mulheres que em cada grupo de discussão se organizassem e tirassem fotografias dos meios que usavam para ultrapassarem a experiência da violência sexual- podiam incluir pessoas, lugares ou mesmo atividades. As fotografias foram aqui também uma forma de autorreflexão e de percecionar as várias estratégias de *coping*

utilizadas por estas mulheres. Um ponto de partida para melhor entender a dinâmica das redes de suporte que utilizavam¹¹.

Tive contato com quarenta e três mulheres. Numa primeira fase apenas foi pedido que me contassem a sua história de sobrevivência: as dificuldades que passaram no país de origem, na viagem e as que atualmente passam no acampamento. Foram precisas várias visitas para poder criar os laços da confiança. Após o primeiro contato, a ligação era constante. Passava muito tempo em suas casas e conhecia as suas famílias. Posteriormente, houve a necessidade de criar grupos de discussão em torno da problemática da violência sexual dividindo estas mulheres em grupos de cinco tendo como base desta divisão a Zona onde viviam. Portanto, foram feitos para cada Zona dois grupos de discussão- oito no total. Pretendia-se também com estas discussões perceber melhor a dinâmica das redes de suporte e o motivo de umas serem mais utilizadas que outras. A observação era diária, todos os dias, expeto fim de semanas, deslocava-me até ao acampamento juntamente com as restantes voluntárias do Centro de Nutrição.

Uma vez que o trabalho realizado com os scalabrianos envolvia a comunicação com as restantes organizações e instituições, pertencentes à rede de suporte profissionalizado do Centro, foi possível contato direto com os trabalhadores de ação médica, com a policia local, técnicos da ação trabalhadores humanitários. Esta facilidade de contato permitiu-me ter acesso alguns dados sobre a problemática. Contudo, mesmo estes eram escassos tal como informação relativa ao número real de sobreviventes de violência sexual.

¹¹ Ver anexo I

4. Caracterização Socio-espacial do Centro de Refugiados de Maratane

Fundado em 2001, o Centro de Refugiados de Maratane aloja cerca de 14.257 requerentes de asilo e refugiados. A maioria é oriunda da República Democrática do Congo, Burundi e Ruanda. Em terreno moçambicano, estima-se que se encontram cerca de 21, 494 refugiados registados. O governo disponibilizou cerca de 196 hectares para a acomodação dos refugiados e desenvolvimento de atividades agrícolas.¹²

Os/As refugiados/as entram principalmente pelo norte de Moçambique - Cabo Delgado, Niassa e Nampula ou pelo centro - Tete e Zambézia, vindos do Malawi e Tanzânia.



TABELA 2 EVOLUÇÃO DA RECEÇÃO DOS REFUGIADOS EM MARATANE

Ano	Homens	Mulheres	Homens/ Mulheres
2016	451	201	668
2015	2.453	894	3.347
2014	1.493	495	1.988
2013	923	427	1.350
2012	950	417	1.367
2011	1.868	311	2.179

¹² INAR, Administração do Centro de Maratane (2016)

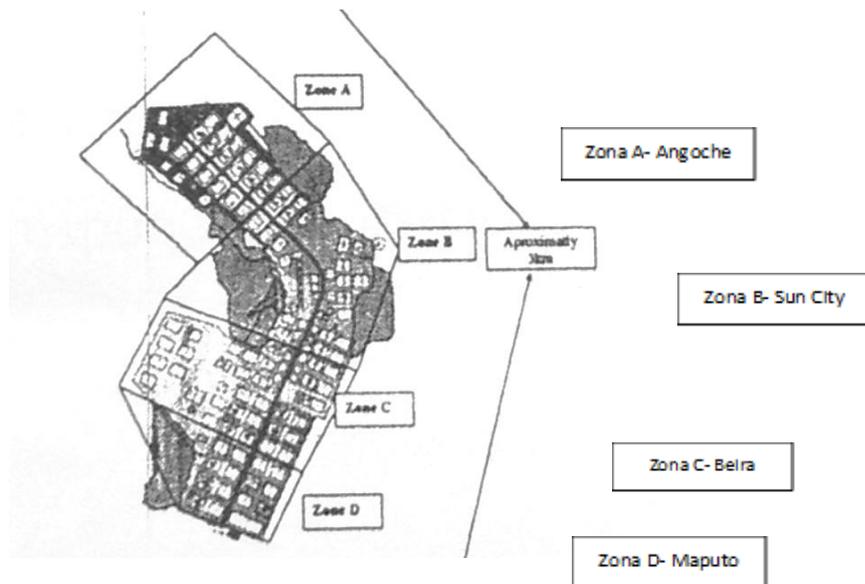


FIGURA 1 MAPA DO CENTRO DE ACOLHIMENTO DE REFUGIADOS DE MARATENE

Dentro dos limites do campo, os refugiados têm a sua própria versão sobre a divisão do centro. Segundo um técnico da Ação Social, refugiado em Moçambique desde 2001, cada Zona tem um nome para além daquele que foi atribuído pelo INAR: Zona A- Angoche; Zona B- Sun City; Zona C- Beira; Zona D- Maputo. Este renomear das zonas remonta ao início da construção do Centro. Para a Zona D, atribuíram o nome de Maputo porque foi desta cidade que chegaram os primeiros refugiados oriundos de países em conflito. Sun City é o que chamam à Zona B porque era nesta cidade da Africa do Sul onde se faziam as principais reuniões sobre o centro e é nesta zona onde se encontra a Administração. Os/As refugiados/as também chamam de “cidade” por ser o centro da vida do campo como será referido mais adiante.

Para a gestão do Centro existe um administrador residente, coadjuvado por cinco elementos do INAR e de representantes Ministeriais- Educação, Saúde, Agricultura, Ação Social e INEPP. Existe também uma representação interna composta por um grupo de líderes comunitários de cada uma das nacionalidades presentes. Esta representação tem como objetivo apoiar a administração do Centro em diferentes disciplinas - organização, conciliação e resolução de conflitos que possam surgir no quotidiano.

Desde 2008 que os refugiados e requerentes de asilo podem frequentar a Escola Prim ou em aulas anexas e tuteladas pela Escola Secundária 22 de Agosto, nos arredores de Maratane. Contudo, o ensino é deficiente, pois, muitas das vezes, os docentes não marcam presença nas aulas ou simplesmente dão dez minutos de aula e vão-se embora. Algumas das entrevistadas referiram que foram aliciadas a prostituírem-se ou a darem dinheiro em troca de passarem de ano ou simplesmente para terem nota positiva num teste ou exame, *“Temos muitos problemas aqui no campo, os nossos filhos não estudam bem, os professores não querem dar as aulas. Temos que os mandas para a cidade para poderem*

estudar melhor mas depois vem o problema da violência. Alguns professores pedem às meninas para elas fazerem sexo como eles para poderem fazer o exame e passarem de ano. Algumas meninas aceitam porque querem continuar a estudar.”

Muitos dos entrevistados do campo referiram a dificuldade que têm em por os filhos a estudar ou o medo que sentem das suas filhas virem a ser violadas ou aparecerem grávidas em casa. Fundamentam estes receios pelos diversos casos que se conhece de meninas que foram alegadamente violadas no caminho escola-casa, *“Prefiro não por a minha filha na escola porque não podemos confiar nos homens. A fome é muita aqui no Campo e, sabe, são jovens. Dão dinheiro para refresco ao capulana e como não têm dessas coisas em casa acabam por fazer mal”*.

Acreditam que se deve colmatar esta situação com a criação de mais ocupação no Centro, incentivos profissionais e melhoria na qualidade de ensino oferecida às crianças, *“Sabe mana, é muito dinheiro para por os filhos a estudar e eu não tenho nada, nada. Já tenho dificuldades em por o meu primeiro quanto mais os outros. Os professores pedem 200 meticiais por aluno para eles passarem de ano. Muitas crianças não sabem ler nem escrever. É uma vergonha. Na minha terra não era assim”*. As chantagens que os professores fazem aos alunos são diversas vezes referidas como sendo um processo natural para passar de ano.

O Centro tem um Centro de Saúde de tipo 2, com maternidade e internamento. Contudo, apresenta sérias dificuldade de resposta devido à escassez de recursos e falta de um aparelho de hemograma. Segundo o relatório realizado pelo INAR, esta unidade sanitária atende, por ano cerca de 12000 moçambicanos/as. Pela escassez de medicamento, é frequente o Centro de Saúde transferir os pacientes para o Hospital Central e Psiquiátrico de Nampula. Para evitar os custos de transporte para o Hospital Central, o Centro tem uma ambulância e uma viatura de caixa aberta em circulação.

Quanto às doenças predominantes, estas são a malária, a pneumonia, o HIV/SIDA, parasitoses intestinais, a tuberculose e casos isolados de má nutrição e diarreias agudas. Devido à falta de medicamentos, os refugiados e requerentes de asilo desenvolveram uma rede de venda e compra dos mesmos fora dos serviços de saúde. Geralmente, compram na farmácia na cidade, sem receita médica, e são revendidos a preços superiores no Centro.

Um dos principais desafios reside na promoção do autossustento dos refugiados e requerentes de asilo. Neste sentido, para uma melhor integração destes na comunidade moçambicana tem-se disseminado as técnicas agrícolas de forma individuais, familiares e coletivas de maneira a promover uma agricultura diversificada na introdução de novos métodos de produção. Nessa linha Ministerial, os refugiados têm recebido o apoio do ACNUR para o incentivo da criação de frangos - 7200 distribuídos em 4 trimestres de forma a beneficiar 6 pessoas das mais vulneráveis de diversas comunidades. A seleção é feita através de concurso.



FIGURA 2- RESERVA DE ÁGUA ZONA D/MAPUTO

O Centro também pode contar com o apoio da uma unidade de ação social. Esta tem-se focado na realização de palestras de saúde preventiva, promovendo campanhas de sensibilização e aconselhamento em matéria de violência de género. Também dá assistência à camada mais vulnerável, pessoas com necessidades especiais, idosos e doentes crónicos. Também têm terapia ocupacional, dão assistência a funerais e alimentação suplementar. Em caso de violência, as vítimas podem aqui receber atendimento e aconselhamento sobre os procedimentos a seguir.



Dentro do acampamento existe também uma escola profissional. No entanto, por falta de professores técnicos e especializados e material, não se encontrava a funcionar.

Com o objetivo de garantir a proteção e segurança no Centro foi criada uma esquadra que conta com a colaboração da comunidade refugiada *vulgo sung-sung*¹³ e com os membros da Polícia Republicana Moçambicana. Focam-se na manutenção da ordem e segurança do centro e na comunidade circunvizinha moçambicana.

O Centro dedica especial atenção aos migrantes dando atendimento pastoral específico. A comunidade é composta por dois padres, um diácono e uma leiga, residentes na cidade de Nampula. Têm desenvolvido diversas atividades no combate à má nutrição tendo mesmo um Centro de Nutrição na Zona B- Sun City.

Para o sustento da população refugiada, está garantida a distribuição de cereais adquiridos pela ACNUR, dando 7 kg por pessoa/mês e 12,5 kg aos mais vulneráveis. Uma vez que a maioria dos/as refugiados/as não tem ocupação laboral, torna-se difícil complementar a ração diária com outros alimentos. No entanto, existem algumas estratégias a que têm recorrido para dar a volta a esta situação.

O Centro tem ao todo vinte e três centros de oração entre protestantes, católicos, adventistas, jeovás e animistas. É um dos elementos importantes para se entender a composição das redes sociais

¹³ Nome atribuído à policia comunitária local constituída pelos refugiados

que se criam entre os/as refugiados/as e requerentes de asilo. A maioria das sobreviventes de violências sexual pertencem a um grupo de raociais que se criam entre os refugiados.

5. Análise de Dados: As vozes que emergem das cinzas

5.1. As histórias

Um trabalho etnográfico assenta na observação e recolha dos testemunhos dos participantes, na procura da compreensão das suas histórias, dos seus códigos e categorias, do sentido que atribuem aos processos em que estão envolvidos. Requer ao investigador procurar ver o mundo através dos seus olhos e do seu discurso e dar-lhes a palavra. Assim, selecionaram-se algumas das histórias que mostram a complexidade do problema e das experiências de violência sexual vividas, em diferentes contextos, pelas mulheres objeto desta pesquisa.¹⁴

5.1.1 País de origem

“Um dia a noite os maimai vieram procurar a minha mãe e o meu pai. Mas o meu pai e a minha mãe não estavam. Eu tinha acabado de chegar da Igreja quando rebentaram com a porta e me perguntaram onde minha mãe e meu pai estavam. Eu e minha irmã dissemos que não sabíamos de nada. Como eu sou a mais velha começaram a me bater a violentar até desmaiar. Quando eu acordei meu pai e minha mãe tinham chegado. Disseram-me que [os maimai] tinham matado meu tio e levado a cabeça. Tinham espetado num pau e circulado por toda a cidade. Nesse dia decidimos fugir até à capital do Burundi, em 1998, Bujumbura. Depois de levantar a guerra de Hutus contra Tutsis ficamos com medo. Chegamos ao campo de refugiados da Tanzânia em 1999. Um dia lá no campo os maimai começaram a dizer que nós somos pessoas que levam as informações dos banyamulenge porque a minha mãe era tutsi. Aí ficamos com muito medo e nos lembramos do que aconteceu com o meu tio lá no Congo e decidimos partir para Moçambique em 2002. Vivemos no campo de Maratane mas encontramos as pessoas que mataram o pai do meu esposo. Já começaram a seguir meu esposo e a querer levar a riqueza dele ao ponto do o quererem matar. Aí já começaram coisa de feitiço tradicional contra minha filha mais velha. Até hoje não tenho paz. Em 2004 deram veneno a meu pai e ele morreu. Fugi para a cidade [Nampula] mas mesmo assim meu filho um dia estava a sair da escola à tarde e lhe bateram. Fomos à policia e ao hospital, mas a pessoa fugiu e não sabemos de nada.”

¹⁴ Ver anexo II

5.1.2 Na Fuga

“Sou mãe de quatro filhos. Através dos problemas de guerra que aconteceram no meu país [República Democrática do Congo] decidimos fugir, abandonar o país para a Tanzânia junto do meu marido e nossos filhos. Quando chegamos lá na Tanzânia quem nos recebeu disse-nos que não recebiam mais refugiados. Subimos comboio a partir de Kigoma até Darsalam. Também não tínhamos nenhuma ajuda. Continuamos a nossa viagem até Newala. Quando chegamos em Newala subimos taximota destino de chegar até Moçambique. Meu filho e meu marido numa motorizada e eu, outros filhos e a bagagem noutra. Meu marido adiantava a frente e eu atrás. Quando isso aconteceu o taxista que me carregava para lá na fronteira passou foi por outro caminho até junto do rio Ruvuma. Onde me mandaram descer da motorizada. Mal desci da motorizada começaram a me bater muito mal até que chegaram a me violar com muitos homens. Nem consigo saber com quantos homens foi. Agrediram-me, levaram-me tudo o que eu tinha. Quando acordei encontrava-me muito mal, não conseguia me levantar do chão onde caía. Meu filho estava gritando fazendo muito barulho de choro e grito mas eu não conseguia dar-lhe mamas para mamar. Depois de tantas horas é que vi uma senhora a sair da machamba que me socorreu e carregou-me até sua residência. Quando a senhora viu a minha situação teve muita dificuldade de me guardar na sua casa. Decidiu ajudar-me com transporte. Comprou bilhete que me ia levar até Nampula, daí subi no carro até Nampula. Quando cheguei em Nampula, não sabia onde podia ir. De repente apareceu um agente da policia que me levou até na esquadra. Esses policia me ajudaram a chegar ao Centro de Refugiados de Maratane. Após duas semanas no centro consegui encontrar o meu marido. Encontrei-lhe numa situação de falecimento referindo-me que já eu era morta. Nessa altura sentia-me muito mal e doía-me a parte vaginal por dentro com muita dor. Não tive como me dirigir até ao hospital para fazer qualquer teste para saber da minha saúde porque não tinha como me levantar. Por Graças a Deus um dia consegui me dirigir ao Centro de Saúde de Maratene, que é mesmo no Centro de Refugiados, mas lá quando cheguei não me fizeram nenhum teste mas atenderam e viram a minha situação mas não queriam tratar-me sem eu pagar dinheiro. E o valor que eles me cobravam não tinha como conseguir porque não tinha nada, nem meu marido nada tinha. O meu marido batalhava de qualquer maneira para pelo menos comprar paracetamol apenas. Até hoje tenho problemas de me juntar com o meu marido (transar) por causa da dor que me doi dentro da minha parte vaginal. Quando me junto com o meu marido apenas uma vez passo três dias sem sair da cama. Continua a ser pior que o meu marido porque não aguenta me suportar com a minha situação e tornou-se um bêbedo de primeira e é o melhor fumador

que nunca vi na minha vida! Quando ele chega a casa embriagado eu posso estar doente mas para ele não é nada. Recebo insultos, me tortura, me bate muito mal e me expulsa empurrando-me fora de casa junto com as crianças. Acontece que quando não tem dinheiro para o álcool agarra nas minhas roupas e das crianças e vai vendê-las para conseguir dinheiro para as suas bebidas e cigarros. Até quando ele recebe lá no armazém comida, que sempre recebemos cá no centro de refugiados, ele leva tudo e troca por bebida e o resto vende para comprar os seus cigarros. Quando lhe pergunto porque faz isso, me insulta no meio do povo coisas que me envergonha, até me bate no meio das pessoas.

Por isso a minha vida sempre se encontra em risco, mas risco mesmo, não sei onde ir, nem para onde fugir, não tenho família qualquer que me possa ajudar. Vivo com muita dificuldade e sofrimento maior. Tudo isso é causado pelo meu marido que um dia me fura um olho como me promete fazer! Por isso cada vez mais rogo a Deus que me ajude nessa situação que vivo dentro dela. “

5.1.3. No acampamento

“A minha história é muito longa até não consigo acabar por contar tudo. A violência sexual que aconteceu comigo no ano de 2015 aconteceu quando estava a caminho da escola para casa, no período da tarde. Eram quase 18h porque neste tempo os que estudavam no período da tarde saíam às 17h. Com a distância da escola para casa chegava às 19h. Então aconteceu que eu estava no caminho e de repente fui agarrada por bandidos, três homens, que me pediram dinheiro e eu falei que não tinha. De novo perguntaram-me se tinha telefone e respondi que não. Quando viram que não tinha nada a lhes dar disseram entre eles que não podiam me deixar. Dois me seguraram e me beijavam a boca, não consegui gritar por ajuda, depois me violaram. Deixaram-me e fui a correr para casa. Dei a informação à minha mãe sobre tudo o que aconteceu. A minha mãe ficou muito desgraçada. Mas ela disse “minha filha, tem que agradecer a Deus por tudo o que aconteceu porque podiam te matar, catanar ou te deixar com feridas. Fiquei assim mesmo, porque não podia ir a nenhum lado nem à policia porque não conseguia ver ou reconhecer as pessoas mesmo se já as conhecesse. A policia aqui de Nampula não faz nada e sendo refugiada piora com a situação. A policia não procura saber o problema. Deixamos assim mesmo. Dois meses depois comecei-me a sentir mal, dores de cabeça de dia e de noite. Comecei a pensar quando vinha o período

mas o mês passou e nada. Quando a cabeça começou a doer demais falei com a minha mãe. Perguntou se já tinha tomado paracetamol e eu disse-lhe que não e que pensava que estava para vir o meu período. Ela disse “prepara-te que amanhã vamos fazer análises ao hospital”. No dia seguinte fomos até ao Hospital onde fizeram análise ao HIV-SIDA por causa dos bandidos que me violara, e que não se sabia que doenças é que eles tinham, mas deu negativo. De novo tentaram a doença da malária e deu negativo. Depois a minha mãe falou com a enfermeira a pedir para fazer análise de gravidez e deu positivo. Quando me disseram que deu positivo desmaiei por ouvir essa palavra. Quando acordei e me lembrei da palavra que o enfermeiro me disse no hospital comecei a chorar. Não tinha nem vontade de viver, a minha vida era só chorar e esperar maravilhas de Deus. (...) Sempre que perguntava muito como vai ser a minha vida, eu gostava muito de estudar. Depois do parto descobri que tinha passado para a 10º classe. As minhas colegas começaram a se matricular para a 10º classe e eu não sabia se podia. Perguntei à minha mãe se podia matricular-me e ela disse que qual era a minha opinião. Há muitas meninas que não conseguem estudar. A minha opinião foi a de estudar. Saí e fui matricular-me e depois comecei a estudar grávida mas não foi fácil, foi muito difícil. Mas pela graça consegui estudar até! As pessoas me sorriam de qualquer maneira e eu sentia muita vergonha mas não tinha como fazer porque eu gostava muito de estudar. A gravidez estava no sétimo mês quando as minhas pernas começaram a tremer, nem conseguia andar, e todo o meu corpo a inchar. Continuei a estudar, não cancelava os estudos e entrava na sala de aula desde o primeiro tempo até ao último. Não saía para fora da sala por causa da vergonha. Eu falava do coração quando dizia que quando a criança nascesse eu não queria cria-la porque não posso criar uma criança que não conheço o pai. (...) Quando chegou a noite a minha barriga só estava a me doer. Quando a dor piorou falei com a minha mãe. Ela me perguntou desde quando me doía e eu disse desde manha, então ela disse para acordar quando voltasse a doer ainda mais. De novo acordei a minha mãe e ela disse para usar vestido e ir até ao Hospital. Meus irmãos acompanharam-nos até ao hospital. (...) No dia seguinte saí do hospital já com a criança. (...) Quando a Igreja me veio visitar fizeram uma oração para a criança e fizeram uma pequena contribuição para comprar roupa para a criança. (...) Muitas vezes não gosto nem de olhar para a criança, nem amamenta-la. Quando penso em tudo isso meu coração me dói muito. Ainda me sinto muito mal quando penso nisso porque na minha religião quando menina é mãe na casa dos pais não é possível mais ter marido. (...) É por isso que quero ficar concentrada nos estudos para depois me tornar uma pessoa na sociedade e ter um bom futuro.”

5.2 Redes de suporte como estratégias de *coping*

Este estudo foi realizado com base nos argumentos defendidos por Cohen e colegas (1985) sobre a eficácia do apoio social, distinguindo as relações que têm como elo a dependência e o seu oposto. Para tal, foi necessário analisar a relação entre as sobreviventes e as redes de apoio tendo como base as estratégias de *coping* que utilizaram para ultrapassar o trauma da violência sexual. Assim sendo, este capítulo será dividido em redes de apoio profissionalizado, redes de apoio institucionalizado, relações de troca e redes de apoio social.

5.2.1 Redes de suporte profissionalizado

Tal como foi referido anteriormente, as relações de apoio profissionalizado são aquelas criadas e fornecidas por profissionais pagos. Pode tornar-se numa relação de dependência quando as sobreviventes não conseguem o apoio que necessitam junto dos seus familiares e amigos (Moelker, Andres, Gary, & Manigart, 2015).

No caso do Centro de Acolhimento de Refugiados de Maratane este apoio é fornecido por profissionais de saúde- médicos e enfermeiros- e pelos assistentes sociais. Contudo, um Centro de Saúde com condições precárias e uma Ação Social sem recursos necessários para fazer o seu trabalho, criou, de alguma forma, desmotivação destas mulheres para recorrerem a estes serviços. Esta insatisfação perante esta rede apoio intensificou-se quando em 2015 uma mulher refugiada grávida faleceu, alegadamente pela falta de tratamento atempado. Houve vários estragos de bens móveis e imóveis resultante do protesto de dezenas de refugiados após o acontecimento.

No Centro apenas existe uma ambulância com o objetivo de transferir doentes para o Hospital Central da cidade de Nampula. Um serviço gratuito aos utentes na teoria mas que na prática, segundo o relato de vários refugiados, por vezes passa da gratuidade para a cobrança.

“Se estamos doentes temos que pagar o nosso próprio transporte. Algumas pessoas que trabalham lá na ambulância por vezes não nos deixam entrar. Pedem dinheiro para refresco.”

Segundo outros *“temos que pagar do nosso bolso 50 meticiais para irmos ao Hospital. Fazem da ambulância um chapa”*. Por este motivo, muitas sobreviventes não terminam tratamento ou desistem de serem assistidas pela indisponibilidade financeira.

Para além disso, existe uma grande desconfiança dos serviços hospitalares, correndo boatos sobre tráfico, extorsão e contrabando de medicamentos. Uma das formas de lidar com a situação foi recorrer ao contrabando de medicamentos no campo- medicamento estes de fácil acesso no acampamento. Tendo algum problema, algumas refugiadas preferem recorrer a outros que exerciam

como profissão a medicina para saberem quais medicamentos deveriam tomar para a sua maleita, outros preferem automedicar-se correndo o risco de agravarem a sua situação ou criarem outro tipo de problemas.

Em conversa com algumas sobreviventes sobre a violação e o recurso ao aborto, algumas afirmaram que já o fizeram longe de olhares alheios após experiência traumática com ajuda de outras refugiadas.

Não temos confiança nos médicos. Fiz os últimos dois partos em casa porque tenho muito medo mana. Ainda me podem tirar os meus bebés.”

A acrescentar a este problema os/as refugiados/as que não sabem falar português ou macua têm a barreira da língua nos serviços de atendimento médico no Hospital Central. Mesmo que consigam fazerem-se compreender, podem não entender o problema que têm ou mesmo o tratamento a seguir.

“Sou nova aqui e não sei falar português. Não confio em ninguém, nem mesmo nos meus vizinhos. Todos me querem fazer mal. Preciso de ajuda porque já não consigo ver mas não sei como fazer nada. Ninguém me entende, ninguém quer saber de mim. Já não sou pessoa.”

Devido à tensão crescente entre refugiados e moçambicanos e assaltos, muitas sobreviventes referiram que não iriam semear nada nesse ano.

“Só neste mês já queimaram três machambas, nós temos que sair de nossas casas e ficar lá mesmo a dormir para afugentar ladrões. A minha vizinha estava no outro dia a dormir na machamba e uns homens violaram-na. Também deixou de fazer machamba como eu. Ela contou ao marido e ele foi com ela ao Hospital, mandaram-na descansar e receitaram paracetamol”.

Quando perguntei o porque de uma das sobreviventes de violência sexual não ter recorrido à ação social ou às autoridades respondeu-me:

“Não vale a pena irmos lá mana, estou cansada. Vamos lá e depois mandam-nos esperar e podemos esperar até morrermos. Se o culpado não fugir somos ameaçadas pela família deles para ficarmos caladas. A Ação Social não pode fazer nada para nos proteger”.

Por outro lado, aprofundando o “não fazem nada” que esta sobrevivente refere, isto tem muito a ver com o facto de não haver um sistema de comunicação no campo. A ação social é apenas uma ponte entre as várias estruturas, não tendo um papel judicial em caso de violações e outros crimes. No entanto, muita da informação dos processos judiciais não chega até às vítimas, acabando por estas

não saberem em que ponto de situação se entra o seu caso, nem verem a sua situação resolvida. Uma rede comunicação entre a ação social, hospital, e as autoridades é um meio caminho para trazer de novo a confiança ao Centro e ajudaria no processo de integração social em Maratane.

Sendo a falta de ocupação uma das maiores dificuldades apontadas pelas sobreviventes para ultrapassar o trauma da violência sexual apontadas, um bom centro de formação profissional seria uma forma das vítimas e toda a comunidade refugiada adquirir novos conhecimentos e serem integrados no mercado de trabalho moçambicano. *Pelo que pude ver, dentro do Centro existe uma grande vontade de começar de novo e isso passa por arranjar novas formas de conseguirem trazer dinheiro para a família.* O Instituto Profissional do Centro não tem recursos necessários para dar continuidade às aulas nem pessoas técnicas especializadas para as dar.

Muitos dos problemas assinalados pelas entrevistadas referem-se à falta de segurança no Centro muitas vezes associada à desconfiança que sentem em relação aos moçambicanos e mesmo entre os/as refugiados da mesma etnia.

“Precisamos de mais segurança nas machambas, eu tenho muito medo de ir lá sozinha. O meu marido está desconfiado com o que se passou lá. Os moçambicanos não querem que nós refugiados temos as machambas e dizem para voltarmos para as nossas terras. Estão a incendiar casas e machambas nossas, já não estamos mais seguros aqui.”

Durante o período do estudo, vivia-se um clima de tensão no Centro por uma alegada reunião que o administrador teve com as comunidades moçambicanas vizinhas para se deslocarem 8km das fronteiras de campo. As versões sobre esta reunião são muitas, mas gerou-se muita desconfiança e conflito entre as populações. Este conflito era visível nos *puxa puxas*¹⁵ e nas *machambas* do Centro. Dizia uma refugiada:

“Temos medo mana. Queimaram a casa da minha cunhada e eu já não posso confiar em dormir dentro de casa. Quem vai proteger a minha família, a policia? Nós não queremos ficar com as terras deles, nós já temos terra. Quem vai proteger a minha família, a policia?.”

¹⁵ Poços

Em síntese, existe uma rede de apoio profissionalizado, mas que não tem força suficiente, pela desconfiança e falta de recursos humanos e materiais para criar elos de dependência com as sobreviventes. Por este motivo estas mulheres tiveram que correr a outro tipo de estratégias para satisfazer as suas necessidades enquanto vítimas de violação.

5.2.2 Redes de apoio institucionalizado

Tal como Moelker e colegas (2015) referiram as redes de apoio institucional ocorre quando os indivíduos se tornam dependentes da instituição onde vivem, apresentando um comunitarismo forte. No Centro de Acolhimento de Refugiados de Maratane, a crescente tensão que existe entre moçambicanos e refugiados, leva estes últimos a refugiarem-se entre os seus conterrâneos para encontrarem o apoio que necessitam nas suas atividades do dia a dia. Parecendo à primeira vista algo muito superficial, constituído por relações básicas de familiaridade, há medida que me ia integrando na comunidade refugiada percebi que estas eram muito mais complexas.

Havendo uma descrença na eficácia das redes de apoio profissional, os refugiados viram-se para si mesmo, construindo um sistema de comunicação e de controlo impressionante. Para poder ser entendido é necessário contextualizar a situação. Existe no Centro uma Comissão de Refugiados constituída por líderes representantes de cada nacionalidade existente no campo, estes nomeiam um chefe de Zona que por sua vez nomeia um chefe de parcela. O objetivo é que sejam detetados os vários problemas das diferentes áreas do acampamento para poderem ser transmitidos à administração e às organizações que prestam apoio. Tudo até aqui é sabido e mantido como um elemento fundamental para a organização da comunidade.

No entanto, como disse acima, existe uma crescente desconfiança face às instituições formais. Dentro destas instituições existe a Comissão de Refugiados. À medida que o tempo foi passando, apercebi-me que existiam outros líderes para além daqueles que me tinham apresentado nesta comissão, com muito mais poder e autoridade e com uma pequena mas relevante diferença- eram líderes não de nações mas de etnias. Este facto foi-se-me revelando ao longo de todo o período de recolha de dados em campo sem que eu me tenha apercebido logo de início. Um extrato do meu diário de campo ilustra esta situação, tão característica dos estudos qualitativos – sobretudo dos que implicam uma imersão nos contextos sociais em estudo - e que exige uma adequação da estratégia de pesquisa.

“Hoje combinei com a Mama uma visita guiada a todo o campo. Apesar da visita ser essencial para o meu estudo, tinha como objetivo conhecer mulheres sobreviventes amigas da minha companheira. Ouvi



FIGURA 3- CASAS INCENDIADAS
ZONA/MAPUTO

várias histórias de violência essencialmente aquelas que ocorreram no país de origem. Curiosamente, à medida que íamos avançando no campo foram aparecendo outras mulheres que me fui apercebendo não serem conhecidas íntimas de Mama. Digamos curiosas que queriam saber porque que uma branca que não trabalha na ACNUR tinha tanta curiosidade em saber por costumes e mesmo conhecer o campo sem outros brancos em companhia. Estou no início do estudo e parece-me que terei que ter maior cuidado na forma como me apresento.”

Mais tarde, vim a descobrir que estas mesmas mulheres tinham sido mandadas por líderes étnicos para tentarem descobrir exatamente o que eu estaria a fazer. Uma espécie de teste: ou era uma ameaça ou uma ajuda. Após o teste era aceite ou não pela comunidade. Porque é que tal facto é fundamental para conhecer a rede de apoio institucionalizada? Sendo refugiadas, todas as mulheres sobreviventes entrevistadas faziam parte de um grupo ou eram influenciadas por estes na forma como se comportavam. Aquelas que fugiam para a cidade tornavam-se mais vulneráveis pelo simples facto de estarem longe da sua rede de apoio seja esta familiar ou social. Para além dos casos de mulheres que preferiam a vida na cidade ao ambiente que se vivia no Centro, existem também aquelas que, tendo chegando sozinhas ao acampamento e que não tinham qualquer família à espera em Moçambique eram discriminadas e mantidas à margem da vida social.

“ Venho do Congo. O meu marido lá na terra foi preso por militares. Fui muitas vezes lá na prisão dizer para o soltarem. Um dia disseram-me que o soltavam se o fosse substituir. Aceitei. Quando estava a entrar na cela, meu marido saiu e ouvi um tiro. Tinham-no dado um tiro nas costas. Mantiveram-me presa durante quase um mês. Fazia sexo comigo muitas vezes. Um dia a prisão foi incendiada e consegui fugir até aqui em Moçambique. Sozinha pensam que sou bruxa. Dizem que faço feitiço e que mato pessoas. Prefiro que pensem assim, não me chateiam. Fogem.”

Este não era caso único, mas ao contrário desta mulher, algumas entravam em grupos maiores para conseguirem proteção e apoio caso houvesse alguma dificuldade. Contudo, quando o fazem não são bem vistas pela generalidade dos refugiados. Ora vejamos este caso, relatado no meu diário de campo:

“Numa das conversas que tive hoje com sobreviventes, houve uma que me chamou a atenção. Não só pela história dramática que me foi contada mas pela reação da minha tradutora. Escondidas numa pequena capoeira, esta mulher contava-me que tinha sido violada quando fugia do Burundi e como não fugiu ao mesmo destino um dia na machamba já em Moçambique. Captei tal história pela pouco suali que sabia pois, Mama recusava-se a traduzir. Terminados os trabalhos perguntei o motivo de tal rejeição e a resposta surpreendeu-me. “Mana aquela Mama não é boa, não a podes incluir no teu estudo. Faz parte de um grupo de congoleses que se reúne à noite e só

querem saber o que tu fazes para poderem controlar-te”. Em conversa apercebi-me que não era esta mulher a única que vinha falar comigo com o propósito de saber o que realmente estava a fazer. O objetivo destas mulheres era fornecer informação aos líderes destes grupos para poderem ser aceites. Dizem os rumores que também pagavam este tipo de informação em dinheiro ou género. Para uma mulher sozinha esta é uma opção aliciante”.

Estas informações fazem parte do poder que tais líderes étnicos têm pois podem com ela tentar manipular o sistema do Centro a seu favor. Segundo algumas mulheres, existe uma grande pressão para haja consenso entre os refugiados para a ideia da reinstalação num terceiro país. Uma pressão que não é feita pela administração do campo mas sim por estes líderes. Durante o período de recolha de dados, os refugiados tinham sido informados que o Centro iria adotar uma política de integração na comunidade moçambicana ou invés da reinstalação. Esta notícia causou pânico entre a comunidade refugiada pois muitos estariam à espera de poder começar de novo num outro lugar longe da crise económica que Moçambique estava a enfrentar.

“A vida aqui em Moçambique está muito cara e às vezes falta comida aqui no campo. O ACNUR está a cortar na comida que distribui. Como é que aqui nós nos vamos sustentar? Há refugiados que estão já a partir para outros campos. Estão a vender tudo e com ajuda de um Papa congolês atravessam a fronteira. Na outra semana sei de outra famílias que já partiram”.

Todas as semanas partiam famílias em busca do sonho de serem reinstaladas na Europa ou Estados Unidos. Corriam rumores sobre melhores condições noutros campos. Muitas famílias vendiam todos os seus bens para poderem pagar a viagem para outros campos. Um chapa levava-os até um ponto estratégico onde podiam apanhar um autocarro até à fronteira. Esta informação foi-me dada por uma refugiada sobrevivente que criticava esta decisão.

“Mana as pessoas estão fartas desta vida. Queres começar de novo lá nos Estados Unidos ou na Europa. Aqui no campo dizem que é só preciso esperar um ano ou dois e são levados para lá. Eu não sei, para quê mais sofrimento? Não, prefiro ficar aqui em Moçambique do que passar por tudo outra vez.

5.2.3 Relações de troca

Tal como Moelker e colegas (2015) referem, relação de troca ocorre quando existe uma avaliação da própria relação. Para que esta seja saudável é necessário haver um equilíbrio entre o dar e o receber. Este tipo de apoio ocorre de diferentes formas do Centro que nem

sempre se transmitem de forma positiva. Como já referi anteriormente existe um problema com o abastecimento de água no acampamento. Apenas dois poços funcionam (um em cada extremidade - Zona A e Zona D), criando diversos problemas entre a comunidade refugiada e os próprios moçambicanos. Não sendo exclusivamente para refugiados, as comunidades moçambicanas à volta podem recorrer a estes poços resultando em longas filas de espera.

“(...)temos que sair muito cedo de casa para procurar lugar. Não está fácil mana. As coisas aqui estão muito complicadas. Quando chegamos ao puxa puxa os moçambicanos mandam-nos embora ou passam-nos à frente. Eu não quero arranjar confusão mas há quem não consiga calar-se. Um dia um refugiado falou e levou com uma catana.”

Os conflitos nas longas filas de espera são frequentes, mas, talvez, pior que as filas é mesmo o percurso e as horas que mulheres refugiadas são obrigadas a fazer para conseguirem água. Inúmeras são as histórias que ouvi sobre violações que ocorriam no caminho para os poços.

“Para conseguir lugar temos que sair muito cedo de casa. Às 12h da noite costumo sair de casa e esperar na fila porque se for mais tarde é muita confusão. Mesmo assim é... Voltando à nossa conversa mana, o mês passado estava a fazer esta volta quando me agarram uns homens e me levam para um casa. Tentei gritar mas taparam-me a boca. Como não tem luz ninguém deu por nada e aqueles homens ruins abusaram de mim.” Este foi um dos casos que foi contado. Quando perguntei a esta Mama o que fez depois a resposta surpreendeu - *“ quando eles saíram daquela casa fui buscar água mana, o que poderia fazer mais? Nós precisamos de água. Não contei a ninguém o que se passou. Mas isto foi o ano passado, a situação ficou mais complicada aqui no campo... O meu marido arranjou outra na cidade e abandonou-me e o ACNUR não me dá comida suficiente para alimentar os meus filhos. Tenho agora um vizinho que tira a água por mim. O puxa puxa da Zona D é muito forte, já houve mulheres que abortaram lá e eu tenho um problema de costas desde o que me aconteceu na minha terra”. Perguntei se a Mama dava uma percentagem da água ao tal vizinho “não... tenho vergonha disto mas pago com o corpo mana. Em troca ele tira-me água e dá-me cinco meticais. Posso comprar mais lenga lenga para mim e para os meus filhos assim. Há muitas mulheres a fazerem aqui no campo o que eu faço para conseguirem um pouco mais. Mulher sozinha não vence muito aqui no campo. O meu marido deixou-me porque descobriu que me tinham violado lá no Congo. Foi a minha própria irmã que lhe contou. Sozinha é isto que me resta”.*

A prostituição é uma estratégia a que várias sobreviventes diziam recorrer para conseguirem fazer face às despesas alimentares de toda a família. Mesmo sendo um tema tabu foi diversas vezes abordado em conversa com estas mulheres.

5.2.4 Redes de apoio social

Durante a fuga muitas das famílias ficaram desestruturadas, quer pela morte de entes queridos, quer por divórcios, quer por desaparecimentos e desencontros. Para uma mulher que sofre de violência sexual, estes eventos escalam o nível de gravidade quando passam a ser rejeitadas pela própria família, quebrando a base do apoio familiar. Muitas preferem esconder o evento traumático para continuarem a ser bem aceites na comunidade. É frequente encontrar refugiadas que após terem sido violadas quer no caminho para casa, quer nos campos agrícolas, ou nas idas e vindas aos poços de água ou a escola, tenham continuado o seu dia fingindo nada ter acontecido.

“Ter família no campo é uma forma de não nos sentirmos sozinhos e termos quem nos apoie nesta altura mais difícil das nossas vidas. Sozinhos não somos ninguém. Não posso contar nunca ao meu marido o que aconteceu senão fico sem família”. Este é um dos casos em que a sobrevivente preferiu manter em segredo a experiência traumática para assim conseguir manter a união familiar mas nem todas o conseguiram fazer- “o que me aconteceu foi durante a viagem, fui violada por três homens quando estava a passar a fronteira para a Namíbia. Agarram-me a mim e à minha irmã e obrigaram-nos a ter sexo com eles para podermos passar de barco. Nessa altura não sabia onde estava o meu marido. Quando cheguei aqui a Moçambique descobri que estava grávida. Um dia estava a ir buscar água ao puxa puxa e vi o meu marido. Fiquei muito muito contente. Voltamos a juntar-nos mas ele descobriu que o filho não era dele mas dos homens maus que me encontraram. Não quer saber do menino, nem quer que ele esteja connosco em casa. Às vezes chama-me puta e diz que sou de outros homens e não dele. Temos mais dois filhos e nem os outros irmãos querem saber deste meu filho. Não sei o que fazer. Não quero deixar meu marido”.

Quando contavam, corriam o risco de serem rejeitadas pelos maridos e pelas mulheres da família. Existe uma grande pressão da família dos companheiros para que deixe a esposa e encontre uma nova companheira. Muitas as vezes é assim que a violência doméstica tende agravar-se. Algumas mulheres entrevistadas referiram que após os maridos descobrirem o que lhes tinha acontecido começavam a bater-lhes, chamar nomes ou simplesmente as trocavam por outras mulheres que consideravam ser mais puras. Mesmo entre as mulheres vítimas de violência sexual esta rejeição e humilhação acontece. A

violação é vista como sendo uma desonra para família e comunidade onde pertencem. Entrando no “jogo” as mulheres preferem discriminar a serem discriminadas.

Estes casos acima mencionados ocorreram a mulheres casadas que procuravam uma solução que não envolvesse uma separação. No entanto, tive conhecimento de casos que mulheres que decidiram acabar com os abusos do marido/companheiro ou por parte de familiares.

“o problema mana, é que ficamos sozinhas, sem dinheiro e sem nenhum apoio. Sem dinheiro não posso ir para a cidade e dentro do campo o meu marido persegue-me. As minhas vizinhas e a Igreja ajudam-me muito, mas não é a mesma coisa do que ter homem. Mas mana, eu ia morrer se continuasse lá. Muitas vezes tinha que dormir fora de casa ou na machamba para fugir do meu marido. Ele estava sempre a pensar muito e depois lembrava-se do que tinha acontecido com os outros homens e batia-me muito. Um dia até me atirou Xima em cima”.

Neste caso em particular, era uma vizinha da mesma Zona que a ajudava, dando-lhe abrigo e comida sempre que precisava. Quando conheci estava vizinha descobri que também a esta era uma sobrevivente e que estava a passar um mau bocado no seu casamento muito pelos problemas de alcoolismo que o marido tinha. Apesar de preferirem esconder o trauma a grande maioria das sobreviventes conta com o apoio de alguns familiares e amigos como estratégia de coping. Ao longo da recolha de dados fui-me apercebendo que embora referirem que não existir solidariedade entre refugiados esta existia entre mulheres da mesma Zona. Refletindo-se em conversas, trocas de comida, no dar guarida ou o tomar conta dos filhos umas das outras caso fosse necessário.

“Eu estive no Campo da Namíbia e não quero passar pelos mesmo. Tive meses com a minha família numa tenda e sem condições nenhuma mana. Aqui a crise é muito grande mas não quero voltar ao mesmo. Foi esperar pelo Estatuto de Refugiados para começar de novo. Quero que os meus filhos estudem e que sejam médicos não posso estar sempre à espera. A minha filha já passou muito. Foi violada o ano passado e agora tem um filho desses homens maus. O meu sonho é que ela continue a estudar e que eu tome conta do menino como e fosse meu. A vida do Centro é muito difícil, mudamos este ano para a cidade para tentar arranjar trabalho mas não conseguimos. Temos passado muita fome.”

Este é o caso de uma mulher refugiada que após a filha ter sido violada a caminho no caminho escola- casa no Centro, decidiu partir com a família para a cidade. Incentivava todos os filhos a perseguirem os seus sonhos e continuar a estudar. A filha, uma das sobreviventes, foi motivada a continuar a ir a escola muito ao contrario do que acontecia em casos de gravidez. Discriminadas pelos colegas de escola e com o apoio da família eram obrigadas a começar uma vida de mãe e dona de lar.

No entanto, apesar de todo apoio que esta menina tinha, faltava apoio psicológico e tal como outros casos não apresentou queixa formal na policia pela descrença da família nas próprias autoridades. A sobrevivente recusava-se a comer e não queria alimentar o filho “sinto nojo só de olhar para ele” dizia. Os irmãos não o queriam pegar “*eles fingem que ele em existe. Se está a chorar não o pegam nele ao colo para o reconfortar.*”

A ansia de sair e começar do novo faz-se sentir pela comunidade refugiada. Uns esperam ser reinseridos num terceiro país e poder sair de Moçambique onde dizem não ter oportunidade e de se sentirem inseguros. Outros, fartos de tanta mudança e já habituados e inseridos na comunidade moçambicana, esperam por ter Estatuto de Refugiados anos a fio. Voltando a este subtema perguntei a várias mulheres refugiadas vítimas de violência sexual a importância que a religião tinha para as suas vidas, as respostas foram as mais variadas mas sempre com o mesmo fundo. Segundo Mama “*aqui o sofrimento é muito, se não acreditarmos que alguém está a olhar para nós, o que nos resta?*”. Apesar da maior parte das violações experienciadas por estas mulheres ter ocorrido essencialmente no país de origem em conflito e na fuga, quando chegam ao campo não se sentem seguras. Os inimigos tribais são seus vizinhos, as famílias que as rejeitam vivem no mesmo campo e a tensão entre refugiados e moçambicanos é palpável.

Nos três meses de recolha de dados, Moçambique estava a enfrentar uma crise económica crescente, o preço dos produtos básicos estava a aumentar a cada semana criando bastante preocupação entre os refugiados sobre o seu futuro no Centro. Em três meses foram criados três cultos diferentes em casas particulares “*uma forma de nos apoiarmos, unirmos forças para que Deus nos oiça*”. Entre cristãs, muçulmanas e animalistas todas estas mulheres tinham-se refugiado nas suas crenças para poderem ultrapassar a sua dor. Incentivavam outras a juntarem-se a elas e partilhavam as suas histórias. Para muitas sobreviventes a inserção num grupo de oração é uma forma de garantirem ajuda caso seja preciso, bem como uma estratégia para lidarem com o seu trauma

Em suma, as redes de apoio social representam a estratégia de *coping* mais utilizada pelas sobreviventes que depositam as suas últimas esperanças de recuperação nas suas crenças religiosas, nos familiares e amizades.

6. Conclusão

A violência sexual constitui uma gravíssima violação dos direitos e da integridade física e mental da mulher refugiada. Trata-se de um problema social complexo e com impactos muito negativos e duradouros que requerem uma abordagem integrada e uma estreita articulação e cooperação entre várias entidades e os profissionais.

No Centro de Acolhimento de Refugiados de Maratane pode-se encontrar imensas mulheres que vivenciaram este tipo de violência e que estão no processo de lidar com o trauma. A maioria recorre a estratégias de *coping* ligadas às emoções, evitando lidar com as causas reais que suscitam o problema. Não acreditando na ajuda profissionalizada do acampamento e pelo medo de virem a ser discriminadas pela comunidade preferem isolar-se e contar com a rede de suporte social composta por amigos mais próximos ou/e familiares de confiança. Vendo as suas vidas suspensas são obrigadas a focar-se nos problemas diários como a fome, a falta de ocupação, a violência, doenças, perseguições que as levam muitas vezes a negar o próprio trauma da violência sexual.

Neste sentido, para criar uma melhor confiança nas redes de suporte profissionalizado era essencial que se melhorasse a comunicação entre as várias instituições sediadas no Centro e se incluísse um psicólogo nos serviços regulares da Ação social. Também seria fundamental o arranjo dos poços de água e das torneiras do acampamento, bem como a construção de pontos de luz. Por último, deveria haver mais incentivo à criação de negócios visto que o objetivo da administração assenta na integração dos refugiados na comunidade moçambicana.

10. Bibliografia

- Abraham, M. (2005). Abused south Asian women's strategies of resistance. In N. J. Pratt, *Domestic violence at the margins: Reading on* (pp. 253-271). New Brunswick: NJ: Rutgers University.
- Aubone, A., & Hernandez, J. (2013, Dezembro 23). Assessing Refugee Camp Characteristics and The Occurrence of Sexual Violence: A Preliminary Analysis of the Dadaab Complex. *Refugee Survey Quarterly*, pp. 22- 40.
- Ballone, G. J., & Ortolani, I. V. (2003). *Violência Doméstica*. Retrieved março 29, 2017, from <http://www.psiqweb.med.br/infantil/violdome.html>
- Bartels, R. (2013). "Dealing with the Principle of Proportionality in Armed Conflict in Retrospect: The Application of the Principle in International Criminal Trials". *Israel Law Review*, Vol. 46, No. 2, pp. 271–315.
- Belavich, T. G. (1995, Agosto 11-15). Conference paper presented at the annual convention of the American psychological. *The role of religion in coping with daily hassles*.
- Betts, A., Bloom, L., & Weaver, N. (2015). *Refugee Innovation: Humanitarian innovation that starts with communities*. Oxford: Humanitarian Innovation Project.
- Bryman, A. (2011). *Ethnography*. University of Leicester, UK: SAGE Benchmarks in Social Research Methods.
- Bryman, A. (2015). Ethnography and participant observation . In A. Bryman, *Social Research Methods* (pp. 431-467). Oxford.
- Burnam, M., Stein, J., Siegel, J., Sorenson, S., Forsythe, A., & Telles, C. (1988). Sexual assault and mental disorders in a community population. *Journal of Consulting and Clinical Psychology* 56, 843–850.
- Campbell, J., Rose, L., & Kub, J. &. (1998). Voices of strength and resistance:. *Journal of Interpersonal Violence*, 13, pp. 743-762.
- Campbell, R., Wasco, S., Ahrens, C., Sefl, T., & Barnes, H. (2001). Preventing the "second rape": Rape survivors' experiences with community service providers. *Journal of Interpersonal Violence* , 1239–1259.

- Carver, C. S., Scheier, M. F., & Weintraub, J. K. (1989). Assessing coping strategies: A theoretical based approach. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56, 276-283.
- Charlotte Watts, C. Z. (2002, abril 6). Violence against women: global scope and magnitude. *The Lancet*, Vol 359 , pp. 1233- 1237.
- Cohen, S., & Willis, T. (1985). Stress, social support, and the buffering. In *Psychological Bulletin* (pp. 310–57).
- Goldblatt, H. (2003). Strategies of coping among adolescents experiencing interparental. *Journal of Interpersonal Violence*, 18, pp. 532-552.
- Golding, J., Wilsnack, S., & Cooper, M. (1988). Sexual assault history and social support: Six general population studies. *Journal of Traumatic Stress*, 507–514.
- Gondolf, E. W. (2002). Service barrier for battered women with male partners in. *Journal of Interpersonal Violence*, 17, pp. 217-227.
- Goodman, M. S., & Fallon, B. C. (1995). *Pattern changing for abused women*. Oaks, CA: SAGE.
- Granovetter, M. S. (1973). The Strength of Weak Ties. In *American Journal of Sociology* (pp. 1360-1380).
- Heise, L. P. (1994). *Violence against women: the hidden health burden*. Washington: World Bank Discussion Papers n. 255.
- Holahan, C. J., & Moos, R. H. (1987). Personal and contextual determinants of coping strategies. *Journal of Personal Social psychology*, 436-456.
- Homans, G. (1958). Social Behavior as Exchange . In E. Durkheim, & G. Simmel, *American Journal of Sociology*, Vol. 63, No. 6 (pp. 597-606). Chicago : The University of Chicago Press.
- Kemmis, S. (2001). Exploring the relevance of critical theory for action research: Emancipatory action research in the footsteps of Jurgen Habermas. In S. Kemmis, *Handbook of action research: Participative inquiry and practice* (pp. 91-102). Londres: SAGE.
- Kilpatrick, D., Acierno, R., Resnick, H., Saunders, B., & Best, C. (1997). A 2-year longitudinal analysis of the relationships between violent assault and substance use in women. *Journal of Consulting and Clinical Psychology* 65, 834–847.
- Krause, U. (2015, Novembro 10). A Continuum of Violence? Linking Sexual and Gender-based Violence during Conflict, Flight, and Encampment. *Refugee Survey Quarterly*, pp. 1-19.

- Lazarus, R. S. (1991). *Emotion and adaptation*. New York : Oxford University Press.
- Lazarus, R. S. (1999). *Stress and emotion. A new synthesis*. New York,: Springer.
- Lazarus, R. S., & Folkmann, S. (1984). *Stress, appraisal, and coping*. New York: Springer.
- Maratane, A. d. (2016). *Centro de Refugiados de Maratane* . Moçambique.
- Martyn Hammersley, P. A. (1995). *Ethnography: principles in practice*. Psychology Press.
- Moelker, R., Andres, M., G. B., & Manigart, P. (2015). *Military Families and War in the 21st century*. Routledge.
- Moos, R. H. (1995). Development and applications of new measures of life stressors,. *European Journal of Psychological Assessment*, *11*, 1-13.
- Nacional, I. d. (2013). *Gender Violence in Armed Conflicts*. Lisboa : Nacional, Instituto da Defesa.
- Rubeena Zakar, M. M. (2012). Voices of Strength and Struggle: Women’s Coping Strategies Against Spousal Violence in Pakistan. *Journal of Interpersonal Violence* *27* (16), pp. 3268–3298.
- Sahlins, M. (1972). *Stone age Economics*. Chicago : Aldine· Atherton, INC. .
- Timko, C., Moos, R., Finney, J., & Connell, E. (2002). Gender differences in help-utilization and the 8-year course of alcohol abuse. *Addiction*, *97*, 877-889.
- Ullman, S. (1996). Correlates and consequences of adult sexual assault disclosure. *Journal of Interpersonal Violence*, *554–571*.
- Ullman, S. (1999). Social support and recovery from sexual assault: A review. *Aggression and Violent Behavior. A Review Journal*, *343–358*.
- Ullman, S. E., Starzynski, L. L., Long, S. M., Mason, G. E., & Long, L. M. (2008, fevereiro 28). *Exploring the Relationships of Women’s Sexual Assault Disclosure, Social Reactions, and Problem Drinking*. Retrieved março 29, 2017, from J Interpers Violence: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3863580/>
- Walker, L. E. (1979). *The battered woman*. New York: Harper & Row.
- Watlington, C. G., & M., M. C. (2006). The roles of religion and spirituality. *Journal of Clinical* *62*, 837-857.

- Wicks, P. G., & Reason, P. (2009). Space, Initiating action research: Challenges and paradoxes of opening communicative. *Action Research*, 243.
- Wills, S. (2013). Continuing Impunity of Peacekeepers: The Need for a Convention. *Journal of International Humanitarian Legal Studies*, Vol. 4, No. 1, pp. 47–80.
- Wilsnack, S., Vogeltanz, N., Klassen, A., & TR, H. (1997). Childhood sexual abuse and women's substance abuse: National survey findings. *Journal of Studies on Alcohol* 58, 264–271.

Anexo A Estratégias de *coping* apontadas pelas sobreviventes

FIGURA 4- IR AOS CAMPOS DE CULTIVO



FIGURA 5- BRINCAR NA RUA



FIGURA 6- ORAR



FIGURA 7- BUSCAR ÁGUA COM AS AMIGAS



FIGURA 8 CONVERSAR COM AMIGAS



Anexo B- Histórias de Sobreviventes

FIGURA 9 HISTÓRIA SOBREVIVENTE I

Eu fugi Congo no ano 1998 durante
levanto grande guerra do "mai mai
e banyamulenge" minha mãe e do
tribui do katusi e ela emutusi por
Causa dela e minha foi levado
Com as vizinha e outras tribui-
rasa qui ficavamos juntos ou q
viviamos juntos

Um dia anoite os mai mai vieram
procurar minha mãe e meu pai mais
meu pai e minha mãe não estava iya
rezare na igreja agora k rebeater
rao aperta Comesarau enus Pregun-
ta onde sta pai e mãe e nos dizem
k não sabemos Com eu k so
mais velha Comesarau a mikotere e
miniclarau até k eu bisjima:

Ahora k a ~~de~~ Cordeir mais tard, pai
e mãe Voltarau alge foi Laformare

FIGURA 10 HISTÓRIA SOBREVIVENTE II- NA FUGA

Nasci na localidade de Iweba
na provincia de Sud-Kivu no
dia 02/02/1990 no distrito de
Fizi, na mesma Provincia de Sud-
Kivu na Republica democratica do
Congo.

Sou mãe de quatro (4) filhos;
Através dos problemas acontecidos
no meu país Congo Democratica
decidimos fugir abandonar o país
para Tanzania junto com meu
marido e as nossas filhas.

Quando chegamos lá em Tanzania
aconteceu que, encontramos já
que não recebem mais os Refugiados,
subimos comboio a partir de Kigoma
até Darzalam, Quando chegamos
em Darzalam também não
tivemos nenhuma ajuda qualquer

FIGURA 11- HISTÓRIA SOBREVIVENTE III- ACAMPAMENTO

É a minha história foi
muito longo até não
consigo acabar de
contar tudo.

A violência sexual que
aconteceu com meu
no ano letivo de
2015, no mês de agosto



Bárbara Oliveira Pereira

+351 913185149

Portimão, Portugal

barbara.catarina

Data de nascimento: 10/03/1993 **Nacionalidade:** Portuguesa

Formação Académica

ISCTE – IUL

Portugal

✓ Setembro 2015- presente – Mestrado em Estudos Internacionais
Horário pós-laboral

FEUC- Universidade de Coimbra

Portugal

✓ Setembro 2011- Julho 2014- Sociologia

Experiência Profissional

Março 2017- presente- Instituto Nacional de Estatística

Portugal

✓ Entrevistadora no projeto “Rendimentos e Condições de Vida”

Março 2017-presente- Vida Nova

Moçambique

✓ Jornalista freelancer

Setembro/2015- Abril/2016- Amnistia Internacional

Portugal

✓ Assistente da Maratona de Cartas
✓ Recrutadora no projeto Face to Face

Janeiro/2015- Junho/2015- Associação de Apoio à Vitima

Portugal

✓ Assistente Social - vitimas de violência domestica

Outubro/2014- Dezembro/2014- Fundação Fé e Cooperação

Moçambique

✓ Investigador- Qualidade do ensino dos estabelecimentos de ensino ligados à Igreja Católica na Província de Nampula

Setembro/2014- Dezembro/2014- Agenzia Scalabriana Per La Cooperazione Allo Svillupo

Moçambique

✓ Investigadora- analise do impacto do Centro de Nutrição Scalabrini na população-alvo- Centro de Acolhimento de Refugiados de Maratane

Outras Actividades

2017- Voluntária na conferencia "Activismo em Africa".

2016- Organização do Colóquio - “The current refugees crisis and beyond”- Research Center for International Studies.

2015- Curso de Apoio à Vítima

2014- Voluntariado na Penitenciária de Nampula

2013- Workshop de escrita de viagem com Gonçalo Cadilhe.

Línguas e outros

✓ Português (língua materna); Inglês (fluente); Espanhol (Intermediario); Francês (Basico);

	A1	A2	B1	B2	C1	C2
Português						x
Inglês					x	
Espanhol			x			
Francês		x				

- ✓ Certificado de Competência Pedagógicas
- ✓ MS Office Suite- Conhecimento de usuário
- ✓ SPSS
- ✓ Photoshop, Illustrator- intermediário
- ✓ Carta de Condução B1